ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS ABRIL - 2026

1) ABERTURA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2026, às 09h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito à Rua Jaú nº 880, Sala 54, Praia Grande/SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Cristiano de Mola, Gilmar Augusto Garcia, Ricardo Pereira da Silva, Vania Maria de Carvalho Sanchez e Victor Lopes Schiavetti.
Dando início à reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem do dia, que compreendeu:

- análise do cenário macroeconômico referente ao mês de março de 2026;
- apreciação do Relatório Analítico dos Investimentos do mesmo período;
- verificação do enquadramento da carteira à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026; e
- considerações finais.

Na sequência, os membros passaram à análise dos itens constantes da pauta.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Foram apresentados aos membros do Comitê o Panorama Econômico de março de 2026, emitido pela Consultoria em Investimentos Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. Após lido, discutido e aprovado, o relatório passa a integrar a presente Ata, constando, na sequência, a Síntese da Leitura do Panorama Econômico dos períodos analisados. O Comitê tomou ciência do cenário econômico global e doméstico apresentado, registrando que as projeções de política monetária, a dinâmica da curva de juros, o comportamento dos mercados internacionais e os indicadores de atividade impactam diretamente a estratégia de alocação da carteira do FPGPREV, servindo de base técnica para as análises e deliberações subsequentes.
SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS
O mês de março de 2026 foi marcado por uma palavra-chave: cautela. O conflito militar entre Estados Unidos, Israel e Irã, deflagrado no final de fevereiro, chegou ao seu pico de incerteza, bloqueando o Estreito de Ormuz e empurrando o petróleo para a casa dos 100 dólares. Esse choque de energia redesenhou as expectativas globais: a inflação voltou a assustar bancos centrais, os cortes de juros foram adiados e as bolsas oscilaram entre o medo e a esperança de um cessar-fogo.
No Brasil, o cenário foi de 'duas velocidades' com nuances importantes. O Copom, pela primeira vez desde maio de 2024, cortou a Selic, mas apenas 0,25 ponto percentual, de 15% para 14,75%, adotando uma postura mais cautelosa do que o mercado esperava inicialmente. O Ibovespa, após atingir os 192 mil pontos em fevereiro, sofreu uma correção de quase 6% ao longo de março, embora tenha encerrado o trimestre como o melhor desempenho entre as bolsas globais. O dólar, que chegou a R$ 5,34 na pior sessão do mês, terminou março em R$ 5,18, um resultado que surpreendeu pela moderação, ancorado pelo diferencial de juros e pelo fluxo de capital estrangeiro.
ESTADOS UNIDOS
CURVA DE JUROS
Em março de 2026, a curva de juros americana foi dominada por uma única variável: o petróleo. Com o Estreito de Ormuz bloqueado pelo conflito com o Irã, o barril WTI disparou para quase 88 dólares já no final de fevereiro e chegou a superar os 100 dólares no pico de março, reacendendo o fantasma da estagflação, a combinação perigosa de inflação alta com crescimento fraco.
O Título do Tesouro de 10 anos (T-Bond) oscilou entre 4,20% e 4,35% ao longo do mês, pressionado pelo medo de que o choque de energia se traduzisse em inflação persistente. A Nota do Tesouro de 2 anos (T-Note) subiu para a faixa de 3,60% a 3,80%, e a curva manteve sua inclinação positiva (spread

de cerca de 55 a 60 pontos-base entre os vértices de 10 e 2 anos), sinalizando que o mercado ainda não precifica uma recessão iminente, apenas um crescimento mais lento.

Para o Federal Reserve, o dilema se tornou mais agudo: cortar juros para estimular uma economia que desacelera ou manter o aperto para combater uma nova onda inflacionária? A resposta veio na reunião de 18 de março, manutenção da taxa em 3,50% a 3,75%, com projeções revisadas para apenas um corte de 0,25 ponto percentual ao longo de 2026.

DOLLAR INDEX (DXY)

O Dollar Index (DXY) viveu um mês volátil, oscilando entre 98 e 100 pontos. No pico das tensões geopolíticas, o dólar funcionou como porto seguro clássico, atingindo 100 pontos e testando a resistência histórica. Contudo, à medida que sinais de cessação das hostilidades foram emergindo no final de março, o índice recuou para a faixa de 99 pontos, devolvendo parte dos ganhos.

A lógica do mercado foi clara: por um lado, o medo da inflação importada empurrou investidores para o dólar; por outro, a percepção de que o Fed não seria capaz de retomar cortes agressivos limitou o interesse por renda fixa americana. No acumulado do ano, o DXY permanece abaixo dos 100 pontos, refletindo ainda os efeitos de longo prazo da perda relativa de credibilidade da política econômica americana sob a gestão Trump.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho americano continuou seu processo de moderação gradual em março de 2026. A taxa de desemprego permaneceu estável em 4,4%, enquanto os ganhos de emprego ficaram abaixo das expectativas históricas. O setor de energia foi o grande beneficiado pelo conflito geopolítico, com contratações acelerando diante da necessidade de aumentar a produção doméstica. Em contrapartida, setores sensíveis ao consumo, como varejo e hospitalidade, mostraram sinais de arrefecimento.

Os salários seguiram crescendo em torno de 3,8% ao ano, ritmo que, combinado com a inflação acima de 2%, gera uma pressão real sobre o poder de compra das famílias americanas, mas que também representa um fator de resiliência para o consumo interno. Para o Fed, esse mercado de trabalho “nem quente nem frio” não oferece argumento suficiente nem para cortar juros agora nem para aumentá-los.

INFLAÇÃO

A inflação americana em março de 2026 voltou a ser protagonista negativa. O CPI de fevereiro, divulgado em março, ficou em 2,4% no acumulado de 12 meses, estável em relação a janeiro. No entanto, os dados mais importantes foram as projeções para março: economistas estimam que o CPI de março apresentará alta mensal de até 1%, o maior avanço desde 2022, impulsionado pela disparada da gasolina após o bloqueio do Estreito de Ormuz.

O indicador preferido do Fed, o PCE (Despesas de Consumo Pessoal), trouxe sinais ainda mais preocupantes: o núcleo do PCE de janeiro subiu 0,4% na comparação mensal, resultando em 3,1% no acumulado anual. Isso significa que, mesmo antes do choque de petróleo, a inflação subjacente já estava perdendo fôlego no caminho de volta à meta de 2%. A combinação de um PCE teimoso com energia cara cria um ambiente difícil para qualquer banco central.

JUROS

Na reunião do FOMC de 18 de março de 2026, o Federal Reserve manteve os juros no intervalo de 3,50% a 3,75% ao ano, em decisão de 11 a 1 (o único voto dissidente foi do diretor Stephen Miran, indicado pelo presidente Trump, que pediu um corte imediato de 0,25 ponto). Esta foi a segunda manutenção consecutiva, consolidando a pausa no ciclo de afrouxamento iniciado em 2025.

O presidente Jerome Powell foi enfático: sem progresso claro na redução da inflação, o Fed não reduzirá os juros. As novas projeções econômicas (SEP) mostraram inflação revisada de 2,4% para 2,7% em 2026, crescimento do PIB ligeiramente melhorado para 2,4% e desemprego estável em 4,4%. O chamado “dot plot” *(ferramenta usada pelo Federal Reserve para mostrar, de forma visual, as expectativas de cada membro do FOMC sobre a trajetória futura da taxa de juros)* revelou divisão: 7 membros não veem espaço para cortes em 2026, 7 esperam apenas um corte de 0,25 ponto e 5 projetam ao menos 0,50 ponto de afrouxamento. A incerteza geopolítica domina o cenário e o Fed adotou postura de “primeiro, não causar danos”.

RENDA VARIÁVEL

As bolsas americanas viveram março sob pressão crescente. O S&P 500 oscilou entre perdas e recuperações parciais conforme as notícias sobre o conflito no Oriente Médio, dias de queda diante de escaladas militares e sessões de recuperação quando surgiram sinais de negociação. O índice VIX, o termômetro do medo, permaneceu em patamares elevados, acima de 20 pontos, refletindo o nervosismo dos investidores.

Os setores vencedores foram energia e defesa, os mesmos de fevereiro. Empresas como Exxon e Chevron subiram na esteira do petróleo caro, enquanto fabricantes de armamentos como Northrop Grumman e Raytheon continuaram sua trajetória de valorização. Por outro lado, tecnologia e consumo discricionário *(significa gastos com bens e serviços não essenciais, como lazer, moda, restaurantes e viagens, que variam conforme o ciclo econômico e a confiança dos consumidores)* sofreram com a perspectiva de juros altos por mais tempo, pressionando os múltiplos de avaliação das empresas. Para o restante de 2026, analistas revisaram para baixo as projeções do S&P 500, ajustando as estimativas entre 7.200 e 7.500 pontos, condicionadas à resolução do conflito geopolítico.

INDICADORES DE ATIVIDADE AMERICANO

PIB

Em março de 2026, os EUA receberam uma notícia dura: o PIB do quarto trimestre de 2025 foi revisado para apenas 0,7% ao ano, bem abaixo da estimativa inicial de 1,4% e distante dos 4,4% do trimestre anterior. O shutdown federal de 43 dias foi o principal responsável, retirando cerca de 1 ponto percentual do crescimento e mostrando como o governo, em vez de impulsionar a economia, funcionou como um freio. O consumo das famílias, que responde por 68% do PIB, também perdeu força, crescendo apenas 2,0%, e o resultado anual foi revisado para 2,1%, o mais fraco desde 2020.

Apesar do quadro negativo, houve pontos de resiliência: os investimentos em tecnologia e inteligência artificial avançaram, com a propriedade intelectual subindo 7,4% e os equipamentos 3,2%, sinalizando modernização mesmo em ambiente adverso. No mercado de trabalho, o payroll de fevereiro registrou corte de 92 mil vagas, elevando o desemprego de 4,3% para 4,4%, reforçando a ideia de uma “expansão sem empregos”. Para 2026, o cenário é incerto: o conflito entre EUA, Israel e Irã fez o petróleo Brent atingir 100 dólares, aumentando o risco de estagflação. Projeções do FMI apontam crescimento de 2,4% em 2026, mas com inflação PCE em 2,8%, retornando à meta de 2% apenas em 2027.

PMI

Em março de 2026, os indicadores de atividade econômica dos EUA mostraram uma economia dividida. A indústria surpreendeu positivamente: o PMI Industrial da S&P Global avançou de 51,6 em fevereiro para 52,3 em março, o melhor nível desde agosto de 2022, e o PMI Manufatureiro do ISM saltou para 52,7 pontos, também o mais alto desde 2022. Esse desempenho, porém, foi influenciado pelo bloqueio do Estreito de Ormuz, que alongou prazos de entrega e elevou custos, distorcendo parte da leitura. O índice de preços pagos pelas fábricas atingiu o maior patamar em quase quatro anos, refletindo o impacto do petróleo caro e da crise logística.

O contraste veio do setor de serviços, que recuou de 52,3 em fevereiro para 49,8 em março, a primeira contração em meses e o pior nível desde 2023. O PMI Composto caiu para 50,3, próximo da linha que separa expansão de retração, compatível com um crescimento anualizado de apenas 0,5%. Com o setor de Serviços ao Consumidor registrando a maior queda desde 2009, a economia americana parece “ceder sob a pressão” da inflação e da incerteza geopolítica. Para o Fed, o dilema se intensifica: os dados de atividade pedem estímulo, mas a inflação elevada impede qualquer afrouxamento imediato.

ZONA DO EURO

INFLAÇÃO

A inflação na Zona do Euro, em março de 2026, voltou a preocupar. O HICP *(a medida oficial de inflação usada na União Europeia)* acelerou para 2,3%, acima dos 1,9% de fevereiro e da meta de 2% do BCE, puxado principalmente pela energia, que subiu entre 6% e 8% após o choque geopolítico. O setor de serviços manteve pressão, com inflação em torno de 3,4%, sustentada por salários ainda em crescimento.

A inflação núcleo, que exclui alimentos e energia, também mostrou resistência, ficando próxima de 2,4%, acima dos 2,2% de fevereiro. Para o BCE, esse movimento indica que a vitória contra a inflação celebrada no início do ano pode estar sendo revertida pelo choque externo. As projeções para o fechamento de 2026 foram revisadas para cima, agora entre 2,0% e 2,2%, reforçando o desafio de equilibrar preços e crescimento em meio às tensões globais.

JUROS

O Banco Central Europeu (BCE), em março de 2026, manteve as taxas inalteradas, com a Facilidade Permanente de Depósito em 2,0% e a taxa de Refinanciamento em 2,15%. A presidente Christine Lagarde reforçou a postura de "espera para ver", destacando que o choque de energia precisa ser avaliado antes de qualquer novo movimento. Nesse contexto, o Euro perdeu parte da força acumulada em fevereiro, recuando levemente após atingir sua máxima de quatro anos, pressionado pelos temores inflacionários reavivados pela crise energética.

O diferencial de juros entre Brasil (14,75%) e Europa (2,0%) continuou atraindo capital para o mercado brasileiro por meio das operações de carry trade, em que investidores se aproveitam da diferença de taxas para buscar retornos maiores. Esse cenário reforça a complexidade da política monetária europeia: enquanto o BCE precisa conter a inflação sem sufocar a atividade, países emergentes como o Brasil se beneficiam do fluxo de capitais em busca de rendimentos mais elevados.

INDICADORES DE ATIVIDADE DA ZONA DO EURO

PMI

O PMI Composto da Zona do Euro, em março de 2026, recuou para 50,5 pontos, uma queda de 1,4 pontos em relação a fevereiro, sinalizando que a recuperação econômica será mais lenta do que o esperado. O resultado equivale a um crescimento do PIB de aproximadamente 1% trimestral anualizado e reflete a divergência entre setores: enquanto os serviços caíram para 50,1 pontos, entrando em território de quase contração, a indústria subiu para 51,4 pontos, beneficiada por compras antecipadas de estoques diante do risco de rupturas nas cadeias de abastecimento.

Entre os países, a Alemanha se destacou positivamente, com gastos em defesa e infraestrutura impulsionando a demanda industrial, enquanto a França registrou PMI Composto abaixo de 50, indicando estagnação. O principal risco apontado foi o forte aumento nos custos de insumos, resultado direto do choque no petróleo e gás natural, que já começa a se refletir em preços finais mais altos para os consumidores europeus.

CHINA

INFLAÇÃO

A inflação na China, em março de 2026, voltou ao centro das atenções. Após o resultado surpreendentemente baixo de 0,2% em janeiro, distorcido pelo calendário do Ano Novo Lunar, o CPI de fevereiro acelerou com o retorno das festas e dos gastos sazonais. Já o PPI permaneceu em território negativo, mas mostrou sinais de melhora, impulsionado pela alta dos preços de metais no mercado global.

Para março, o choque do petróleo começou a se refletir nos custos de transporte e na produção industrial, aumentando a vulnerabilidade da China, maior importadora mundial da *commodity*. O fechamento do Estreito de Ormuz elevou as pressões sobre os custos de produção e ameaça complicar o quadro deflacionário que o governo vinha tentando combater com estímulos, tornando o desafio da política econômica ainda mais delicado.

JUROS

O Banco Popular da China (PBOC), em março de 2026, manteve suas principais taxas de juros inalteradas, com a LPR de 1 ano em 3,0% e a de 5 anos em 3,5%. Diante das pressões externas, o Banco Central preferiu adotar cautela, utilizando instrumentos de liquidez de curto prazo para administrar o sistema financeiro sem recorrer a cortes generalizados.

O dilema permanece: a inflação ainda baixa teoricamente abre espaço para afrouxamento monetário, mas as margens de lucro estreitas dos bancos e a necessidade de estabilidade cambial limitam a ação. Assim, o suporte à economia deve vir de forma direcionada, por meio de subsídios, crédito setorial e investimentos em infraestrutura, em vez de reduções amplas nas taxas de juros.

INDICADORES DE ATIVIDADE CHINÊS

PIB

A economia da China, em março de 2026, trouxe sinais mistos: de um lado, os dados de atividade de janeiro e fevereiro surpreenderam positivamente, com a produção industrial avançando 6,3%, acima das expectativas de 5,3% e do resultado de 5,2% em dezembro, impulsionada pela demanda global por tecnologia ligada à inteligência artificial. O setor de serviços também mostrou força, crescendo 5,2% no bimestre. Outro alívio veio do investimento em ativos fixos, que após cair 3,8% em 2025, registrou alta de 1,8% nos dois primeiros meses de 2026, com destaque para a infraestrutura, que saltou 11,4% graças ao financiamento de bancos públicos.

O ponto frágil continua sendo o consumo doméstico, com as vendas no varejo crescendo apenas 2,8%, insuficiente para reequilibrar uma economia ainda dependente de exportações e obras públicas. As famílias respondem por menos de 40% do PIB, bem abaixo da média global, e o aumento dos custos de energia após o bloqueio do Estreito de Ormuz ameaça piorar esse quadro. Para 2026, a meta oficial de crescimento entre 4,5% e 5% já era cautelosa, mas as tensões geopolíticas e o choque energético tornam o alvo difícil. A ONU projeta 4,6%, mas alerta que a China, como maior importadora de petróleo do mundo, enfrenta pressão adicional: cada dólar a mais no barril encarece a indústria, o transporte e o consumo, justamente quando o país mais precisa de preços favoráveis para estimular a demanda interna.

PMI

Em março de 2026, os indicadores de atividade da China mostraram uma recuperação mais clara do que em fevereiro, com os dois principais PMIs apontando para expansão, ainda que moderada. O PMI oficial de manufatura (NBS) subiu de 49,0 para 50,4, encerrando dois meses de contração e atingindo o nível mais alto desde março de 2025. A retomada refletiu o fim das distorções do Ano Novo Lunar, com os novos pedidos domésticos avançando de 48,6 para 51,6 e a produção de 49,6 para 51,4, ambos voltando ao campo positivo. Até os pedidos de exportação melhoraram, passando de 45,0 para 49,1, embora ainda abaixo da linha de expansão. O PMI privado (S&P Global) também manteve sinal positivo, em 50,8, marcando o quarto mês consecutivo de crescimento, com destaque para a maior sequência de criação de empregos industriais desde 2021.

O ponto de alerta veio dos custos, que dispararam para os maiores níveis em quatro anos, tanto no índice oficial quanto no privado, pressionados pelo choque no petróleo e nos metais não ferrosos após o fechamento do Estreito de Ormuz. No setor de serviços, o PMI não manufatureiro (NBS) saiu da contração, subindo de 49,5 para 50,1, puxado por telecomunicações, transporte ferroviário e serviços financeiros, enquanto varejo e hospedagem ainda recuaram. No consolidado, o PMI Composto oficial avançou para 50,5, e o privado recuou para 51,5, ainda em expansão. O quadro geral é de uma China que voltou a crescer, apoiada em gastos públicos e demanda externa ligada à IA, mas com um novo risco evidente: a explosão dos custos pode reduzir margens industriais, acelerar a inflação ao produtor e limitar a capacidade do PBOC de oferecer estímulos adicionais sem reacender pressões inflacionárias.

BRASIL

JUROS

O grande destaque no Brasil, em março de 2026, foi a decisão histórica do Copom de iniciar o ciclo de afrouxamento monetário. Na reunião de 18 de março, o Banco Central reduziu a Selic de 15% para 14,75% ao ano, um corte de 0,25 ponto percentual, o primeiro desde maio de 2024. A decisão foi unânime entre os 7 membros presentes e refletiu a cautela diante do choque geopolítico, já que o mercado esperava uma redução maior, de 0,50 ponto. O comunicado deixou claro que o caminho da queda de juros está aberto, mas a velocidade dependerá da evolução do cenário internacional e doméstico.

O Banco Central também revisou para cima suas projeções de inflação para 2026, de 3,4% para 3,9%, em função das incertezas sobre commodities e câmbio. Mesmo com a Selic em trajetória de queda, o Brasil continua ostentando o maior juro real do mundo, com taxa próxima de 10% ao ano, o que reforça tanto a atratividade para investidores quanto o peso sobre a atividade econômica interna.

INFLAÇÃO

O IPCA subiu 0,88%, em março de 2026, acima das projeções de 0,54% a 0,74% e bem acima de 0,70% em fevereiro e 0,33% em janeiro. O maior impacto veio de Alimentação e Bebidas (+0,88%), especialmente da alimentação no domicílio (+1,10%). Itens básicos tiveram altas expressivas: açaí (+29,95%), feijão-carioca (+19,69%), ovo de galinha (+7,54%), leite longa vida (+4,46%) e carnes (+1,45%), pressionando diretamente o orçamento das famílias.

Nos Transportes, houve contraste: passagens aéreas (+5,94%) e ônibus intermunicipais subiram, enquanto os combustíveis (-0,03%) recuaram levemente, com quedas na gasolina (-0,08%), etanol (-0,61%) e gás veicular (-2,27%); já o óleo diesel (+3,77%) refletiu reajuste da Petrobras. Outros grupos também pesaram: Habitação (+0,24%) e Despesas Pessoais (+0,82%). Regionalmente, Recife teve a maior alta, enquanto Curitiba registrou deflação de -0,06%. O resultado levou o Boletim Focus a revisar a projeção anual do IPCA para 4,36%, aumentando a pressão sobre o Banco Central na condução dos cortes da Selic.

INDICADORES DE ATIVIDADE BRASILEIRO

PMI

Os indicadores de atividade do Brasil, em março de 2026, mostraram sinais de melhora, ainda que tímidos. O PMI Industrial avançou de 47,3 em fevereiro para 49,0 em março, marcando a contração mais lenta em quase um ano. Embora o índice siga abaixo da linha de 50 pontos, que separa retração de expansão, o movimento sugere que o setor industrial começou a sentir os primeiros efeitos positivos do início do ciclo de cortes da Selic, mesmo que de forma gradual.

No setor de serviços, o PMI permaneceu em território de expansão, garantindo que o PMI Composto se mantivesse acima de 50 pontos. O setor terciário continua sendo o grande amortecedor da economia brasileira, sustentado por um mercado de trabalho resiliente e pelo otimismo gerado pela proximidade da Copa do Mundo. A confiança empresarial, ainda moderada, mostrou melhora em relação a fevereiro, refletindo o impacto psicológico do início do afrouxamento monetário e reforçando a expectativa de que a atividade econômica possa ganhar tração ao longo do ano.

CÂMBIO

O câmbio brasileiro, em março de 2026, viveu momentos de forte tensão. Com a escalada do conflito no Oriente Médio, o dólar chegou a R$ 5,34 em 13 de março, o maior patamar desde janeiro, obrigando o Banco Central a intervir com leilões de venda de dólares para conter a volatilidade. Apesar disso, o real mostrou resiliência e encerrou o mês em R$ 5,18, desempenho que surpreendeu os analistas.

Essa força foi atribuída a três fatores principais: o diferencial de juros, já que mesmo após o corte a Selic em 14,75% mantém o Brasil com um dos maiores juros reais do mundo; o fluxo comercial favorável, com ingressos externos acima da média histórica, inclusive via mercado de ações; e a perda de força do dólar global, que sob a gestão Trump deixou de ser visto como porto seguro absoluto, abrindo espaço para moedas emergentes bem ancoradas como o real. No acumulado do primeiro trimestre de 2026, o dólar caiu 5,65% frente ao real, o melhor desempenho entre as principais moedas globais. Para o restante do ano, o mercado projeta o dólar entre R$ 5,40 e R$ 5,50, com riscos ligados à duração do conflito no Oriente Médio e ao ritmo dos cortes da Selic.

BOLSA DE VALORES

O Ibovespa, em março de 2026, viveu uma verdadeira montanha-russa. O índice começou o mês tentando sustentar os recordes históricos de fevereiro, quando chegou a 192.624 pontos intradia, mas o conflito geopolítico esfriou o apetite por risco e levou a uma queda de 0,70% no mês. Ainda assim, o primeiro trimestre encerrou com uma alta expressiva de 13,6%, o melhor desempenho desde o fim de 2020, mostrando que o otimismo estrutural segue presente.

A dinâmica refletiu dois mercados distintos: as ações de energia (como Petrobras, Prio e PetroRecôncavo) se valorizaram com o petróleo caro, enquanto setores mais sensíveis aos juros e ao consumo, como varejo, tecnologia e construção, sofreram com a perspectiva de cortes mais lentos da Selic. O índice fechou março em torno de 187.000 pontos, abaixo dos recordes, mas sustentado pelo ingresso de quase R$ 42 bilhões de fluxo estrangeiro no trimestre. O IDIV, índice de dividendos, teve desempenho ainda mais robusto, com alta de 15,13%, reforçando a preferência dos investidores por

empresas resilientes e com geração de caixa previsível. Para o restante de 2026, as projeções variam entre 190 mil e 235 mil pontos, dependendo do cenário geopolítico e do ritmo da política monetária.

RENDA FIXA

Os títulos atrelados ao IPCA foram os protagonistas de março, mas com desempenhos distintos conforme o prazo. O IMA-B Geral registrou retorno de 1,79%, enquanto o IMA-B 5 (papéis de vencimento mais curto) avançou 1,39%. Já o IMA-B 5+ (títulos acima de cinco anos) acabou ficando no negativo, com queda de 0,78%, refletindo a pressão das taxas longas diante do choque do petróleo e da maior incerteza inflacionária. Esse contraste mostra como o ambiente externo impactou de forma desigual os diferentes segmentos da renda fixa indexada à inflação.

Para quem apostou em taxas fixas, março trouxe um cenário de cautela. O IRF-M registrou queda de 0,59%, refletindo a pressão sobre os prefixados. Curiosamente, os títulos de curto prazo (IRF-M 1) tiveram desempenho positivo, com alta de 1,02%, superando os de longo prazo (IRF-M 1+), que recuaram 1,21%. O contraste evidencia como a incerteza inflacionária e o choque externo afetaram mais intensamente os papéis de vencimento longo, enquanto os curtos conseguiram entregar retorno mesmo em um ambiente desafiador.

O IMA-S (Tesouro Selic) manteve a atratividade das posições pós-fixadas, acompanhando a taxa básica em 14,75%, e entregou um retorno de 1,27% no mês. Já o IMA-Geral cumpriu sua função de diversificação, registrando alta de 0,55%, suavizando os impactos das oscilações em outras classes de ativos e consolidando o papel da renda fixa como pilar de estabilidade em um cenário de incerteza.

CONCLUSÃO, PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

Março de 2026 foi um verdadeiro teste de estresse para o sistema financeiro global. O conflito no Oriente Médio funcionou como uma lente de aumento sobre as fragilidades de cada região: nos Estados Unidos, ficou evidente que a inflação ainda não estava sob controle; na Europa, a recuperação industrial mostrou-se mais frágil do que se imaginava; na China, a dependência energética expôs um risco estrutural ao crescimento.

No Brasil, o choque externo coincidiu com um momento político delicado para o início do ciclo de afrouxamento monetário. Ainda assim, o Copom deu o primeiro passo com firmeza e prudência, sinalizando que, mesmo em meio às turbulências globais, a política monetária brasileira buscava equilibrar cautela e credibilidade.

Esse contraste entre vulnerabilidades externas e a decisão interna do Brasil reforça como março foi um mês que não apenas revelou fragilidades, mas também testou a capacidade de cada economia de reagir diante de pressões simultâneas.

PERSPECTIVAS

O segundo trimestre de 2026 será marcado por três variáveis que se entrelaçam: a duração do conflito no Oriente Médio, o comportamento da inflação global, especialmente nos Estados Unidos, e o ritmo dos cortes da Selic no Brasil.

Se houver uma solução diplomática nos próximos meses, o petróleo pode recuar para a faixa de US$ 80, aliviando pressões inflacionárias e permitindo que Fed e BCE retomem a discussão sobre cortes de juros. Nesse cenário, o Brasil estaria bem posicionado: com juros ainda elevados, o real seguiria atraindo capital externo e o Ibovespa poderia retomar a trajetória de recordes.

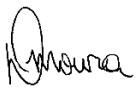
Por outro lado, se o conflito se prolongar, o choque energético se tornará estrutural, forçando revisões de alta na inflação global e adiando indefinidamente cortes de juros nos países desenvolvidos. Esse ambiente de risk-off prolongado *(é o movimento de aversão ao risco, geralmente motivado por crises geopolíticas, choques de energia, ou sinais de inflação persistente)* traria mais pressão sobre o real e tornaria o ciclo de cortes do Copom ainda mais gradual. O Brasil possui o chamado “bilhete dourado” entre os emergentes, juros altos, fluxo externo e fundamentos sólidos, mas precisa de um ambiente internacional minimamente favorável para aproveitar plenamente esse diferencial.

RECOMENDAÇÃO

Diante do cenário atual e das perspectivas, recomenda-se que o RPPS adote uma estratégia de investimentos equilibrada, priorizando segurança e liquidez, mas sem deixar de aproveitar oportunidades gradualmente emergentes. De forma prática, a orientação é:

- Manter participação em renda fixa pós-fixada (CDI, GESTÃO LIVRE e IRFM 1), aproveitando o retorno elevado proporcionado pela Selic no curto prazo.
- Manter e avaliar aumento gradual de posições em IPCA+ (IMA B 5), buscando proteção contra inflação e alongamento de duration com cautela.
- Considerar incremento moderado em renda variável, priorizando setores defensivos e ativos com fundamentos sólidos.
- Avaliar exposição internacional como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos.
- Reforçar análise de crédito privado (LF, CDB, FIDC), priorizando emissores de alta qualidade e com rating consistente.

A estratégia mais adequada para o momento é de gestão ativa com foco em preservação de capital, mas já incorporando movimentos graduais para capturar ganhos futuros, alinhada à Política de Investimentos e ao perfil previdenciário de longo prazo.



Diego Lira de Moura
Economista
Consultor de Valores Mobiliários



Marcelo Silva
Contabilista
Especialista em Investimentos CEA

3) ANÁLISE DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO MÊS DE MARÇO DE 2026

3.1 – Composição e Resultado da Carteira

A carteira totalizou, no mês de março, saldo de **R$1.288.102.997,19**, sendo os recursos distribuídos nos seguintes segmentos:

- Renda Fixa: R$1.206.886.648,38 – **93,69%**
- Renda Variável, Estruturados e Imobiliários: R$81.216.348,81 – **6,31%**

A Carteira de Investimentos encerrou o mês de março com retorno positivo de **R$9.251.435,27 (0,72%)**, frente à meta atuarial de **1,36%** no período.

O Presidente do Comitê esclarece, com base no entendimento da consultoria de investimentos, que o valor do Patrimônio Líquido do fundo Geração de Energia representa uma oscilação de mercado, e não uma perda concretizada. Assim, embora conste valor negativo no extrato mensal, este não deve ser subtraído de imediato do saldo de investimentos do FPGPREV, devendo ser considerado como zerado para fins de posição da carteira. Contabilmente, o valor de R$153.110,10 (extrato de março/2026) deverá ser subtraído por representar a variação patrimonial do Fundo, em observância aos princípios aplicáveis ao setor público.

3.2 – Enquadramento Regulamentar

Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026, procedeu-se à verificação dos limites e critérios de alocação da carteira do FPGPREV.

Conforme Relatório Analítico referente ao mês de março de 2026, constatou-se que as aplicações encontram-se aderentes aos limites estabelecidos na regulamentação vigente.

4) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Foram analisadas as performances, objetivos, características, composição das carteiras, rentabilidades, taxas de administração e riscos dos fundos que integram o portfólio do FPGPREV. Em razão da alta do IPCA, que registrou 0,88% em março/2026, a meta atuarial do período foi elevada para 1,36%, estabelecendo um patamar mais desafiador a ser perseguido pelos investimentos. O resultado do mês de março/2026 foi positivo (0,72%), ainda que abaixo da meta estabelecida. O desempenho foi impulsionado principalmente pelo segmento de renda fixa, com destaque para os índices IDkA 2 e IMA-B 5, que se beneficiaram do aumento da inflação no período. No segmento de renda variável, os retornos ficaram abaixo do esperado, sem contribuição decisiva para o atingimento da meta. Entre os demais índices de renda fixa, o CDI, embora não tenha superado a meta, apresentou resultado próximo ao esperado, em razão da manutenção da taxa Selic em patamar elevado. O índice IRF-M 1 também registrou desempenho positivo, porém abaixo do necessário para alcançar o objetivo atuarial do período. O desempenho obtido no mês demonstra que, embora a estratégia de alocação de recursos esteja alinhada às tendências do mercado, o cenário inflacionário adverso impôs um desafio adicional ao cumprimento da meta atuarial, exigindo monitoramento contínuo da carteira.

5) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE

O Comitê de Investimentos analisou o fluxo de caixa no período, avaliando as entradas e saídas de recursos, bem como as necessidades operacionais e estratégicas da carteira, de modo a assegurar liquidez adequada, aderência aos limites regulamentares e alinhamento à meta atuarial estabelecida.

5.1 – Destinação das Receitas

As receitas recebidas pelo FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão aplicadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00
Taxa de administração	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	10.740.670/0001-06
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 49,16% Aportes	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10
Compensação Previdenciária	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	24.634.187/0001-43
Outros créditos	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	24.634.187/0001-43

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Contribuições mensais	BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	11.484.558/0001-06
Parcelamentos e reparcelamentos Proporção de 50,84% Aportes		
Compensação Previdenciária		
Outros créditos		

5.2 – Pagamento de Despesas

As despesas do FPGPREV, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, serão realizadas conforme tabelas abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI e ou BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.256.793/0001-00 03.399.411/0001-90
Despesas administrativas	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.328.882/0001-35
Compensação Previdenciária	SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	24.634.187/0001-43

PLANO FINANCEIRO

OBJETIVO	FUNDO	CNPJ
Folha de pagamento dos inativos e pensionistas	BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	11.484.558/0001-06
Compensação Previdenciária		

5.3 – Procedimentos Operacionais

Os valores que retornarem à conta corrente do Banco Bradesco, em razão de ausência de recadastramento, deverão ser transferidos para a conta específica da **Caixa Econômica Federal (agência 0964, conta corrente nº 000574427394-4)**, com possibilidade de aplicação automática.

Na eventual impossibilidade de movimentação pelo sistema da Caixa Econômica Federal, a operação será realizada por meio da conta corrente do Banco Bradesco, mediante resgate do fundo **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e ou **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, devendo o valor ser posteriormente recomposto em um dos Fundos que recebam os recursos previdenciários.

Considerando a alocação dos recursos das contribuições previdenciárias no Banco Bradesco, atualmente por meio dos fundos **BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI** e **BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI**, destinados ao recebimento das contribuições e ao pagamento da folha de aposentados e pensionistas;

Na hipótese de dificuldade operacional, poderão ser utilizados, alternativamente, recursos do fundo **CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ: 14.508.605/0001-00***,* de modo a assegurar a regularidade dos pagamentos.

O Comitê de Investimentos sugere, ainda, a aplicação automática nos fundos **CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES** - CNPJ: 14.508.643/0001-55 e no fundo **BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO** - CNPJ: 63.197.387/0001-38 dos recursos que, em razão de limitações operacionais ou de horários bancários, não possam ser tempestivamente aplicados nos fundos definidos nesta Ata, podendo ser mantido saldo mínimo necessário para preservação da operacionalidade do referido fundo.

5.4 – Movimentações Estruturais

Considerando o cenário doméstico e global atual, observa-se mudança de posicionamento quanto à velocidade de queda da taxa Selic, diante da possibilidade de manutenção do IPCA em patamar elevado ou desaceleração abaixo do esperado, bem como o baixo desempenho do IRF-M no mês de março,

influenciado pela realização de investidores e pela perspectiva de redução mais lenta da taxa básica de juros;

I – Movimentação para fins operacionais

O Comitê de Investimentos sugere que os recursos provenientes da segregação de massas do plano financeiro sejam aplicados no fundo BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, CNPJ nº 11.484.558/0001-06. Para abertura do referido fundo, será realizado o resgate de R$ 50.000,00 do fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ 14.508.605/0001-00, a título de aplicação inicial. Após a primeira aplicação dos recursos oriundos da segregação de massas, o valor inicialmente resgatado (R$ 50.000,00) deverá ser restituído ao fundo de origem, acrescido da rentabilidade apurada no período. Os recursos a serem aplicados do plano financeiro têm as seguintes fontes:

- Contribuições previdenciárias dos ativos;
- Contribuições previdenciárias dos inativos e pensionistas;
- 50,84% do parcelamento e reparcelamento de débitos, conforme disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 1.055/2025;
- Compensação Previdenciária;
- Outras receitas relativas ao plano financeiro.

II – Movimentação estratégica

O Comitê de Investimentos sugere que os recursos provenientes da liquidação do CDB do Banco Itaú Unibanco S.A., prevista para 5 de maio de 2026, sejam aplicados no fundo BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, CNPJ nº 13.322.205/0001-35, condicionado à prévia análise positiva da consultoria de investimentos. A aplicação tem como fundamento a busca pela proteção dos recursos frente ao aumento da inflação.

O Comitê de Investimentos sugere o resgate total do fundo SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA, CNPJ 13.455.117/0001-01, com realocação no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ 11.060.913/0001-10. As movimentações propostas serão iniciadas a partir de maio de 2026, de forma parcelada, mantendo o lastro das aplicações e observando a segregação por ano de origem, compreendendo os exercícios de 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026. Os resgates fracionados, conforme a totalização de cotas de aplicação por exercício, serão realizados em dias distintos, com as respectivas reaplicações ocorrendo no dia útil subsequente, considerando a liquidez D+1 do fundo de origem. O fracionamento por exercício tem por finalidade preservar o histórico das aplicações e o prazo de capitalização necessário de 5 anos de cada aplicação. Segue tabela abaixo da quantidade de cotas de aplicação por ano:

Ano	Quantidade de cotas de aplicação
2021	20.225,4631460000
2022	71.956,8667000000
2023	224.185,1886890000
2024	620.453,0755250000
2025	884.417,6949140000
2026	14.034,9944400000

Considerando as novas projeções econômicas, condicionadas à divulgação do IPCA-15 prevista para 28/04/2026 e à próxima reunião do COPOM, bem como o volume atualmente alocado em ativos atrelados ao CDI e a necessidade de atingimento da meta atuarial, o Comitê de Investimentos registra que poderá ser convocada reunião extraordinária para reavaliação da estratégia de investimentos. A medida visa, em especial, à eventual redução da exposição ao CDI e à ampliação da alocação em ativos atrelados à inflação, observadas as condições de mercado e a aderência à política de investimentos vigente.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Os membros do Comitê de Investimentos participaram, desde a última reunião ordinária, do seguinte evento:
    - Reunião presencial com representantes da Fundação Instituto de Administração - FIA, em 10/04/2026;

b) Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 13h00. Eu, Victor Lopes Schiavetti, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
PRESIDENTE

CRISTIANO DE MOLA
MEMBRO TITULAR

GILMAR AUGUSTO GARCIA
MEMBRO TITULAR

RICARDO PEREIRA DA SILVA
MEMBRO TITULAR

VANIA MARIA DE CARVALHO SANCHEZ
MEMBRO TITULAR